

Responsabilidade da Educação no Ensino Superior como Responsabilidade Social

Isabella Carla de Carvalho Paiva – isabellapaiva_@hotmail.com

Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro – FCETM

Jairo Capucci Júnior – jairocapuccijunior@gmail.com

Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro – FCETM

Mauro Lúcio Batista Cazarotti – maurocazarotti@hotmail.com

Faculdade de Ciências Econômicas do Triângulo Mineiro – FCETM

Área temática: Gestão na Educação

Resumo

A Educação Superior tem o papel histórico de transmissão do conhecimento científico e, em virtude disso, vem produzindo técnicas e tecnologias cada vez mais sofisticadas, adaptando-se às novas demandas da sociedade ao longo do tempo, como a preocupação ambiental. Com isso, percebe-se mudança de postura no momento em que as Instituições de Ensino Superior (IES) apresentam a preocupação com o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social. O presente trabalho objetiva investigar o papel da Educação Superior na busca pela sustentabilidade e os reflexos na formação do pensamento crítico com relação à exploração racional do meio ambiente. Para tanto, buscou-se respaldo teórico em autores como Calderón (2011), Gadotti (2010), Oliven (2013), Tilbury e Wortman (2008), e outros. Observa-se a necessidade de que as IES trabalhem em torno de um sistema integrado de gestão ambiental, abrangendo impactos socioambientais causados pela própria atividade, bem como a importância do Ensino Superior como o despertar da consciência sustentável e sua relevância como ferramenta de construção de integração social em prol da sustentabilidade. Observa-se com este trabalho que o ponto positivo da sustentabilidade é que cada vez mais há a necessidade de as IES se conscientizarem e admitir a necessidade de que o tema sustentabilidade seja cada vez mais valorizado no campo da pesquisa e da extensão imbuídas de cidadania. Ao se preocupar com o meio ambiente, verifica-se que o que pode ser feito para contribuir com crescimento sustentável na sociedade do conhecimento é inicialmente ampliar maior consciência e compreensão das palavras e termos de domínio da sustentabilidade e responsabilidade social tendo como eixo central a Educação Superior.

Palavras-chave: Educação superior; Educação sustentável; Sustentabilidade.

1. Introdução

A institucionalização do Ensino Superior aconteceu por meio de um processo paulatino e tem gerado grandes resistências diante do questionamento das bases que sustentam o modelo de universidade de pesquisa (CALDERÓN, 2000), no momento em que se vive uma época em que novos desafios são colocados a todo o momento pela sociedade do conhecimento.

A universidade voltada à pesquisa pura, não engajada e oficialmente subsidiada, engendrada durante o Welfare State (Estado de Bem-Estar Social), vem aos poucos tendo os princípios e fundamentos desarticulados ante a dominação “neoliberalizante”, vendo enfraquecidas as políticas educacionais agora direcionadas ao preenchimento de lacunas no mercado, formando em vez de seres pensantes tecnólogos, numa ação orquestrada pelas cinco grandes agências multilaterais que formam o Banco Mundial: Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD, 1944), Agência Internacional de Desenvolvimento (AID, 1960), Corporação Financeira Internacional (CFI, 1956), Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais (MIGA, 1960) e Centro Internacional para a Resolução de Disputas sobre Investimentos (IGSID, 1962), segundo Silva (2002). Corroboram essa visão Tommasi, Warde, Haddad (2007), visto que o Banco Mundial age a fim de influenciar as políticas educacionais no sentido do esvaziamento das conquistas do Welfare State, cortando gastos (diga-se investimentos) e orientando as diretrizes educacionais com foco na lógica da visão macroeconomia globalizada, submetendo a educação e seus projetos à mera subserviência dessa lógica perversa.

A escola é um espaço de relações e, como lugar de pessoas e de relações, é também um lugar de responsabilidade social e sustentabilidade (GADOTTI, 2010).

Diante disso, delineiam-se neste trabalho também algumas limitações relacionadas com compreensões sobre desenvolvimento sustentável e, indiretamente, sobre a problemática ambiental, desde que essa percepção possa influenciar a discussão sobre a Educação Superior e apontar alguns caminhos para a problematização dessas dificuldades.

2. Educação Superior numa Perspectiva Histórica

O acesso à universidade registra uma evolução marcada pelas desigualdades, desde tempos remotos, conforme ensina Saviani (2007), para quem não basta abrir as portas das escolas, é preciso que as pessoas possam permanecer ali até concluir os estudos a que aspiram e para os quais têm aptidão.

À luz dessa reflexão, é pertinente a constatação de Casassus (2007, p. 140), quando diz que “(...) a escola faz sim uma diferença no que se refere à redução do impacto da desigualdade que se observa na sociedade”. Esse ponto de vista encontra ressonância na determinação do Ministério da Educação, segundo a qual “o Brasil precisa democratizar e qualificar suas instituições de ensino em todos os níveis” (BRASIL, 2005, p. 3).

Dessa forma, é importante entender alguns aspectos históricos bem como políticas públicas recentes direcionadas ao ensino superior brasileiro. O breve estudo sobre a trajetória do ensino superior permite compreender as lutas históricas pela democratização do ensino e a evolução das políticas públicas neste contexto.

Trindade (2000), numa retrospectiva da instituição universitária, destaca quatro períodos importantes na história da Educação Superior, como segue:

- 1º) Do século XII até o Renascimento – caracterizado como período da invenção da universidade, em plena Idade Média, que constituiu o modelo da universidade tradicional, a partir das experiências precursoras de Paris e Bolonha, com implantação em todo território europeu sob proteção da Igreja.

- 2º) Século XV – época em que a universidade renascentista recebe o impacto das transformações comerciais do capitalismo e do humanismo literário e artístico, mas sofre também os efeitos da Reforma e da Contrarreforma.
- 3) A partir do século XVII – período marcado por descobertas científicas em vários campos do saber e do Iluminismo do século XVIII; a universidade começou a institucionalizar a ciência.
- 4º) Século XIX – implanta-se a universidade estatal moderna, que se desdobra até os dias atuais, introduzindo uma nova relação entre Estado e universidade.

Observa-se a partir dessa periodização que o respectivo contexto político, econômico, sociocultural influenciou, em maior ou menor grau, a trajetória da instituição universidade.

Segundo Cunha (1980), a origem do ensino superior no Brasil data do século XIX, o que reflete seu advento tardio, iniciado por D. João VI durante a estada da família real no Brasil desde 1808, passando Salvador, na Bahia, a sediar o Curso de Cirurgia, Anatomia e Obstetrícia.

De acordo com Durham (2005, p. 201), “As primeiras Instituições de ensino superior foram criadas apenas em 1808 e as primeiras universidades são ainda mais recentes, datando de década de 1930”. Este autor corrobora Cunha (1980), afirmando que foi apenas em 1808, quando toda a corte se transferiu para a colônia, após a ameaça da invasão napoleônica, que começou a história do ensino superior no Brasil.

Nesse sentido, as instituições privadas de ensino superior tornaram-se um grande negócio. Na década de 1960, há expansão da matrícula, alcançando a classe média. Cresceu o número de IES privadas sem nenhuma vocação ou capacitação para a pesquisa nem muita preocupação com a qualidade de ensino.

Em 1996, surge a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394, em nova versão. A aprovação da LDB incorporou inovações como a explicitação dos variados tipos de IES. Por universidade se definiu a instituição que articulasse ensino e pesquisa.

Diante disso, no ano de 2003, ocorreram duas iniciativas importantes em relação ao ensino superior. Em agosto, a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) organizou o Seminário “Universidade: por que e como reformar”, no qual intelectuais fizeram palestras para as Comissões de Educação do Senado e da Câmara dos Deputados. Nessa mesma direção, em novembro, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), com o apoio da Unesco, do Banco Mundial e da ONG Internacional Observatoire International des Réformes Universitaires (Orus) realizou o Seminário Internacional “Universidade XXI: novos caminhos para o ensino superior”. Nesses dois eventos, diversos temas foram debatidos para a redefinição de uma agenda para o ensino superior (TILBURY; WORTMAN, 2008).

Outro aspecto a ser destacado é a inserção da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, estabelecido pela Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – 2005/2014, que já se encontra em estágio bastante avançado. Países ao redor do mundo estão tomando medidas progressivas para integrar a sustentabilidade nos planos de educação, em todos os níveis e em todos os setores, incluindo o ensino superior.

Uma das questões principais é incluir a educação para a sustentabilidade no currículo de ensino superior, e, entre os maiores desafios, está expandir a sustentabilidade nos sistemas educativos. O reconhecimento do valor da educação para o desenvolvimento sustentável se materializou no lançamento da Década..., liderada pela Unesco (2005), que entende que a Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) foi pensada em termos de sustentabilidade. No entanto, por influência da Agenda 21/Rio 92 e da Cúpula Mundial para o

Desenvolvimento Sustentável/Johannesburgo – 2002 (Rio +10), entre outras, esta educação assume um papel que transcende a mera difusão de conhecimentos ao supor uma aprendizagem para a mudança, tanto para jovens como para adultos.

3. Educação Superior e Sustentabilidade

Este enfoque envolve análises no sentido de compreender os efeitos negativos provocados pelo crescimento econômico, quando a I Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo (Suécia), em 1972, se destaca como o primeiro movimento internacional para discutir as atividades humanas em relação ao meio ambiente.

Deste movimento resultou a preocupação em definir o termo “sustentável”, palavra que vem do latim *sustentare*, que significa sustentar; perpetuar, conservar; defender; argumentar; favorecer, apoiar; garantir; cuidar, proteger.

Nessa perspectiva, a universidade apresenta-se como um espaço irradiador de valores de cidadania, objetivando um novo padrão de desenvolvimento orientado para a sustentabilidade, valorizando-se a formação humana integral e a forma como são estruturados os projetos pedagógicos e as matrizes curriculares.

Concomitante a isso, na década da Educação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável – 2005-2014, a principal preocupação é transmitir conhecimentos e habilidades para as gerações futuras e complementarmente gerar e/ou transformar conhecimentos e habilidades de forma a tentar perpetuar essa transmissão.

De acordo com Wright (2004), a primeira declaração e de mais ampla aceitação que se tem notícia privilegiando a sustentabilidade ambiental no ensino superior foi a Declaração de Talloires, feita na França, em 1990, por gestores universitários.

De acordo com Tilbury (2004), trata-se de tema complexo com implicações que vão muito além de simplesmente adequar o currículo. Tais mudanças, de conteúdo, contexto e processos educativos exigem comprometimento mais profundo. Para as instituições acadêmicas, demanda reexame de fundamentos, assim como a busca por garantia de coerência entre declarações e homologações, paradigmas educacionais e práticas.

Isso exige o compromisso institucional de trabalhar para a mudança rumo à sustentabilidade (UNESCO, 2002). Uma agenda institucional deve envolver o maior número possível de membros da comunidade de uma instituição no cerne de sua cultura, influenciando currículo, formação, financiamento, operações, processos de gestão, ações de pesquisa e outros elementos, como a forma como as IES ensinam, aprendem e atuam (TILBURY, 2004).

Fundamentando-se em um processo de pesquisa em profundidade, Tilbury e Wortman (2008) identificaram cinco competências para o desenvolvimento sustentável. Elas são consideradas importantes para que indivíduos, grupos, organizações e sociedades atinjam o que poderia ser considerado um mundo sustentável.

As cinco competências são listadas e explicadas no Quadro 1, retirado do livro de Tilbury e Wortman (2008).

COMPETÊNCIA	DESCRIÇÃO
Perspectivas de futuro	Ser capaz de imaginar um mundo melhor. A premissa é que, se sabemos aonde queremos chegar, seremos mais capazes de trabalhar para chegarmos lá.
Pensamento crítico e reflexão	Aprender a questionar nossos atuais sistemas de crenças e reconhecer as hipóteses subjacentes em nosso conhecimento, nossas perspectivas e nossas opiniões. Habilidades de pensamento crítico podem ajudar as pessoas a aprender a examinar as estruturas econômicas, ambientais, sociais e culturais no contexto do desenvolvimento sustentável.
Pensamento sistêmico	Reconhecer as complexidades, ao procurar por ligações e sinergias, tentando encontrar soluções para os problemas.
Construção de parcerias	Promover o diálogo e a negociação, aprender a trabalhar em equipe.
Participação nas tomadas de decisão	Empoderar pessoas.

FIGURA 1 – As cinco competências para o desenvolvimento sustentável Fonte: TILBURY; WORTMAN (2008)

As cinco competências são ferramentas efetivas de engajamento de pessoas para negociar um futuro sustentável e tomar decisões, assim como de agir em nome delas, portanto, torna-se necessário que inicialmente se enfrente a percepção de como a educação pensa a sustentabilidade e a própria educação (TILBURY; WORTMAN, 2008).

A educação para a sustentabilidade demanda também os princípios de aprendizagem social – comunidades de prática –, pois possibilita uma aprendizagem pautada por interesses comuns, na promoção das dimensões da sustentabilidade e interconexões por meio de rupturas epistemológicas, ampliando espaços interativos e podendo gerar novos conhecimentos, assim como o compartilhamento mais articulado de ideias e capacidades.

4. A Universidade como *Locus* de Pesquisa Científica e da Sustentabilidade

Desenvolvimento sustentável traz a noção de harmonização do desenvolvimento da economia e a questão ambiental, e se amplia para preservação ambiental e da diversidade cultural, na busca de práticas sociais sustentáveis (HERCULANO, 2000).

Diante disso, é possível compreender que o avanço do conhecimento científico e tecnológico tem produzido significativas mudanças nos sistemas sócio-histórico-econômico-culturais. A educação emerge como um fator preponderante da diferença entre um futuro sustentável ou caótico, ideia que é compartilhada por autores como Leff (2001); Vilches e Gil-Pérez (2005), quando evidenciam a necessidade de romper com o modelo de desenvolvimento econômico hegemônico que se tornou insustentável, desencadeando um movimento de busca por alternativas, que se caracteriza por discussões, estudos, encontros e conferências de âmbito mundial.

Nesse contexto, o desenvolvimento sustentável emergiu como alternativa para superação da crise ambiental instalada, alternativa que não esconde a complexidade, pois a questão ambiental está intimamente relacionada às questões econômicas, sociais e culturais. Essa complexidade está expressa nas cinco dimensões da sustentabilidade, apresentada por Sachs (1993), a saber: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Cada uma dessas dimensões está assentada em contradições que abrem espaço para diferentes debates.

Percebe-se um paradigma emergente que concebe o mundo como integrado e a natureza como uma complexa rede de inter-relações na qual o ser humano faz parte. A educação deve ser orientada para a maximização do pensamento analítico em vez do sistêmico, ampliando o

foco da aprendizagem para além do objeto, da hierarquia e do mundo objetivo, mas deve incluir processos, relações, redes, contextualização etc. (JUCKER, 2002).

Embora apresente papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência socioambiental sustentável, a educação *per se* não é capaz de implantar a sustentabilidade sem que se tomem medidas concretas (JUCKER, 2002).

As IES devem começar a adotar as noções de sustentabilidade no dia a dia da docência, da gestão, das ações e projetos. Nesse aspecto, destaca-se também a expressão “responsabilidade social universitária”, vez que no cenário universitário brasileiro, quando se busca discutir o papel social ou a função social da universidade brasileira, o foco é sempre o compromisso social (CALDERÓN, 2005).

Entretanto, a expressão “Responsabilidade Social da Educação Superior” (RSES) tem sido utilizada em outros países em contextos históricos diferentes, já que a universidade é uma instituição transecular (MORIN, 2009) e as discussões sobre sua função na sociedade são uma constante histórica nos cenários universitários locais e internacionais.

O conceito de RSES apareceu no Brasil após a institucionalização do mercado de Educação Superior, ganhando destaque no início deste século, quando as IES particulares começaram a incluir nas campanhas de *marketing* o tema da responsabilidade social corporativa (CALDERÓN, 2005).

Entretanto, foi precisamente ao ser incluída como uma das dez dimensões de avaliação das IES no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004, que a expressão ganhou força no Brasil.

A compreensão da RSES como projetos sociais extensionistas tem, no cerne, a rejeição a projetos assistencialistas, privilegiando a contribuição da universidade para a solução dos problemas concretos da sociedade por meio de projetos de intervenção social.

Nesta visão, a RSES não deve restringir-se apenas ao cumprimento da missão da universidade, como propõe a LDB/1996, de formar profissionais compromissados com o meio em que vivem, ou seja apresentar conhecimentos privilegiando o ensino. Nem encontrar soluções problemas como injustiça social e sustentabilidade – afinal isso é diretriz para todo o sistema educacional e não de uma IES isoladamente (CALDERÓN; PEDRO; VARGAS, 2011).

Como afirma Gramsci (2004, p. 15):

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também social e político.

Nessa perspectiva, a RSES representa a função pública da Educação Superior, a qual não deve limitar-se a uma simples função instrumental de capacitação técnica e treinamento de profissionais para as empresas, mas responder às demandas e às carências da sociedade.

Assim, os valores, as atitudes e os comportamentos dos indivíduos impactam positiva ou negativamente o desenvolvimento sustentável.

Assumir a sustentabilidade é tomar para si a responsabilidade de entender sua complexidade. É preciso compreender os tempos de maturação das propostas sem descuidar de do

planejamento e da operacionalização estando presente em todas as etapas, mesmo que isso signifique um longo período de tempo.

Nessa perspectiva, a educação se torna uma promotora da sustentabilidade.

5. Conclusão

O objetivo deste trabalho foi apresentar um estudo teórico sobre o tema sustentabilidade e Educação Superior. Verificou-se a necessidade de consultar um amplo referencial teórico sobre o assunto, uma vez que o foco do estudo relaciona principalmente desenvolvimento sustentável e meio ambiente.

Percebeu-se que pelo levantamento realizado que a inserção das questões ambientais na universidade surge como um centro de gravidade importante dentro da temática ambiental e, particularmente, no âmbito da Educação Ambiental (EA).

A Educação Superior vai além das funções tradicionais de ensino e pesquisa, para desenvolver um processo de ensino-aprendizagem socialmente responsável, diante da degradação do meio ambiente e de inúmeros problemas não resolvidos no campo social. Neste ponto, a universidade passa a alargar a responsabilidade social e alcançar a responsabilidade ambiental, o que, no contexto brasileiro em particular, implica esforço de transformação das mentalidades e de melhoria das condições materiais e culturais.

Verifica-se que a maior parte das iniciativas para uma “universidade sustentável” no Brasil incide até agora na ambientalização dos currículos e no incremento da pesquisa ambiental, com pouco respaldo diante das principais decisões e na quase ausência de políticas públicas integradoras de educação e sustentabilidade.

Observa-se com este trabalho que o ponto positivo da sustentabilidade é que cada vez mais há a necessidade de as IES se conscientizarem e admitir a necessidade de que o tema sustentabilidade seja cada vez mais valorizado no campo da pesquisa e da extensão imbuídas de cidadania. Ao se preocupar com o meio ambiente, verifica-se que o que pode ser feito para contribuir com crescimento sustentável na sociedade do conhecimento é inicialmente ampliar maior consciência e compreensão das palavras e termos de domínio da sustentabilidade e responsabilidade social tendo como eixo central a Educação Superior.

Espera-se que o artigo possa contribuir para o interesse social em criar um quadro de referência para o desenvolvimento de conceitos, de modo a auxiliar pesquisas futuras fundamentadas em aspectos da importância do trabalho sobre sustentabilidade na Educação Superior, pois conforme já abordado, sustentabilidade é um conceito complexo e multidimensional.

Nessa perspectiva, a expressão sustentabilidade aparece na Educação Superior, por meio da RSES, como espaço disseminador de valores para a erradicação de problemas globais que defende a ampliação do acesso com qualidade e com condições para que as pessoas possam concluir os estudos, opondo-se às chamadas “fábricas de diplomas”, bem como, de forma contundente, às IES que não possuem, em seus objetivos, interesses públicos, ou seja, voltadas somente à procura do lucro em detrimento da qualidade.

Referências

BRASIL. Lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2003.

_____. Portaria n. 931, de março de 2005. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica. Disponível em: <www.inep.gov.br/download/saeb/2005/portarias/Portaria931_NovoSaeb.pdf>. Acesso em 16 nov. 2014.

_____. Decreto-lei nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. Reformula a organização da representação estudantil e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0228impressao.htm>. Acesso em 16 jan. 2015.

CALDERÓN, Adolfo Ignácio. Responsabilidade Social da Educação Superior: Contribuições da Rede Universitária de Ética e Desenvolvimento Social do BID. Estudos – Revista da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior. Brasília, Ano 24, n. 36, jun. 2000.

_____. Educação Superior: construindo a extensão universitária nas IES particulares. São Paulo: Xamã, 2005.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio; PEDRO, Rodrigo Fornalski; VARGAS, Maria Caroline. Responsabilidade social da Educação Superior: a metamorfose do discurso da UNESCO em foco. Interface. Comunicação Saúde Educação, v. 15, n. 39, p. 1185-98, out./dez. 2011.

CASASSUS, Juan. Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada: a perda da qualidade e a segmentação social. Sísifo: Revista de Ciências da Educação, p. 71-79, 2007. Disponível em: <www.sisifo.fpce.ul.pt>. Acesso em: nov. 2013.

CUNHA, L. A. Crise e reforma do sistema universitário. Novos Estud. CEBRAP, n. 46, p. 143-70, 1980.

D'ARAUJO, Maria Celina. O AI-5. CPDOC-FGV. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em 18 dez. 2014.
DURHAM, E. A responsabilidade social das instituições de ensino superior. Estudos, v. 22, n. 34, p. 13-27, 2005.

EARP, Fábio Sá; PRADO, Luiz Carlos. O “Milagre” Brasileiro. Crescimento acelerado, integração internacional e distribuição de renda – 1967-1973. In: FERREIRA, Jorge; DELAGADO, Lucília A. Neves (orgs.). O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/milagre_brasileiro.pdf>. Acesso em 18 out. 2014.

GADOTTI, M. Escola cidadã. 13ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

GRAMSCI. Escritos políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

HERCULANO, S. Sociologia Ambiental: origens, enfoques metodológicos e objetos. Revista Mundo e Vida: alternativas em estudos ambientais, v. I, n. 1, Niterói: UFF/PGCA-Riocor, 45 – 55, 2000.

JUCKER, R. Sustainability? Never heard of it! Some basics we shouldn't ignore when engaging in education for sustainability. *International Journal of Sustainability in Higher Education*, 2002, v. 3, n° 1, pp. 8-18

LEFF, E. Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental. In: PHILIPPI, A; HOGAN, D. (org.) *Interdisciplinaridade em Ciências Ambientais*. Brasília: PADCT/MCT, 2001.

MORIN, E. *Ciência com consciência*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

OLIVEN, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: SOARES, Maria Susana Arroza. *A educação superior no Brasil*. Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e no Caribe IESALC – Unesco - Caracas. Disponível em <<http://biblioteca.planejamento.gov.br/biblioteca-tematica-1/textos/educacao-cultura/texto-6-2013-a-educacao-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em 12 dez. 2014.

SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 1993.

SACHS, W. Sustainable development. In: REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. *The International Handbook of Environmental Sociology*. Cheltenham: Edward Elgar, p. 71-82, 2004.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. *O ensino superior no Brasil: o setor privado*. São Paulo: Hucitec, FAPESP, 2000.

SAVIANI, Demerval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Maria Abadia. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; D'ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso. *A volta aos quartéis. A memória militar sobre a abertura*. CPDOC- FGV. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

TILBURY, D. Environmental education for sustainability: a force for change in higher education. In: CORCORAN, P. B.; WALSH, A. E. J. *Higher education and the challenge of sustainability: problematics, promise, and practice*. Dordrecht: Kluwer Academic, 2004.

TILBURY, D., WORTMAN, D. Education for sustainability in further and higher education reflections along the journey. *Planning for Higher Education*, v. 36, n. 4, p. 5-16, jul.-set. 2008.

TOMMASI, Livia de; WARDE, Miriam; HADDAD, Sérgio. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

TRINDADE, H. Unesco e os cenários da Educação Superior na América Latina. In: UNESCO. *Brasil: Novos marcos de ação*. Brasília, DF: UNESCO, 2005.

_____. Marco de acción de Belém. SEXTA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE EDUCACIÓN DE ADULTOS. Belém: Unesco, 2009.

_____. Temas em educação, 2002. Representação da UNESCO no Brasil. Disponível em: <<http://www.unesco.org/pt/brasil/education-in-brazil>>. Acesso em 03 dez. 2013.

VEIGA, J. E. da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 29, n. 4 (116), p. 421-35, out./dez. 2010.

VICENTE, João Pedro Aparecido. Formação de professores: da legislação à experiência. Universidade Federal do Triângulo. Revista Educação e Políticas em Debate, v. 3, n. 1, jan./jul. 2014 - ISSN 2238-8346.

VILCHES, A.; GIL-PÉREZ, D. Construyamos un futuro sostenible: diálogos de supervivencia. Madrid: Cambridge University Press, 2005.

WRIGHT, R. A short history of progress. Toronto: Ananasi, 2004.